

# APELO

## PARA A IGREJA E PARA O MUNDO

*aos fiéis Católicos e aos homens de boa vontade*

*Veritas liberabit vos.*

Jo 8, 32

Num momento de grave crise, nós, Pastores da Igreja Católica, em virtude do nosso mandato, consideramos que é nosso dever sagrado dirigir um Apelo aos Nossos Irmãos no Episcopado, ao Clero, aos Religiosos, ao Povo santo de Deus e a todos os homens de boa vontade. Este Apelo é subscrito também por intelectuais, médicos, advogados, jornalistas e profissionais que concordam com o seu conteúdo, e é aberto à subscrição de quantos desejem fazê-lo.

Os factos demonstraram que, com o pretexto da epidemia do COVID-19, se chegou, em muitos casos, a violar os direitos inalienáveis dos cidadãos, limitando, de modo desproporcional e injustificado, as suas liberdades fundamentais, entre as quais o exercício da liberdade de culto, de expressão e de movimento. A saúde pública não deve e não pode tornar-se um álibi para desprezar os direitos de milhões de pessoas em todo o mundo, e muito menos para que a Autoridade civil negligencie o seu dever de agir com sabedoria para o bem comum; isto é ainda mais verdadeiro à medida que crescem as dúvidas, levantadas por diversas partes, sobre a efectiva contagiosidade, perigosidade e resistência do vírus: muitas vozes autorizadas do mundo da ciência e da medicina confirmam que o alarmismo sobre o COVID-19, por parte dos media, não parece absolutamente justificado.

Temos razões para crer, com base nos dados oficiais relativos à incidência da epidemia no número de mortes, que existem poderes interessados em criar pânico entre a população com o único objectivo de impor permanentemente formas de inaceitável limitação das liberdades, de controlo de pessoas, de rastreamento das suas deslocações. Estes métodos de imposição arbitrária são um prelúdio perturbador da criação de um **Governo Mundial isento de qualquer controlo.**

Acreditamos também que, em algumas situações, as medidas de contenção adoptadas, incluindo o encerramento das actividades comerciais, determinaram uma crise que prostrou sectores inteiros da economia, favorecendo **a interferência de poderes estrangeiros**, com graves repercussões sociais e políticas.

Estas formas de engenharia social devem ser impedidas por aqueles que têm responsabilidades governamentais, adoptando as medidas destinadas a proteger os seus cidadãos, de quem são representantes e em cujo interesse têm uma séria obrigação de agir. Da mesma forma, ajude-se a família, célula da sociedade, evitando penalizar injustificadamente as pessoas débeis e os idosos, forçando-os a dolorosas separações dos seus entes queridos. A criminalização dos relacionamentos pessoais e sociais também deve ser julgada como parte inaceitável do plano daqueles que promovem o isolamento dos indivíduos, a fim de melhor manipulá-los e controlá-los.

Pedimos à comunidade científica que esteja atenta para que os tratamentos para o COVID-19 sejam promovidos com honestidade para o bem comum, evitando escrupulosamente que **interesses iníquos** influenciem as escolhas dos governantes e dos organismos internacionais. Não é razoável penalizar medicamentos que se mostraram eficazes, geralmente baratos, apenas porque se pretendem privilegiar tratamentos ou vacinas que não são igualmente válidas, mas que garantem às empresas farmacêuticas lucros muito maiores, agravando as despesas da saúde pública. Recordamos igualmente, como Pastores, que, para os Católicos, é **moralmente inaceitável** tomar vacinas nas quais seja usado material proveniente de fetos abortados.

Do mesmo modo, pedimos aos Governantes que estejam vigilantes para que sejam rigorosamente evitadas as formas de controlo dos cidadãos, seja através de sistemas de rastreamento, seja com qualquer outra forma de localização: a luta contra o COVID-19, por mais grave que seja, não deve ser o pretexto para favorecer intenções pouco claras de entidades supranacionais que têm fortíssimos interesses comerciais e políticos neste plano. Em particular, deve ser dada a possibilidade aos cidadãos de recusarem estas limitações da liberdade pessoal, sem impor qualquer forma de penalização para aqueles que não pretendem fazer uso de vacinas, métodos de rastreamento e de qualquer outro instrumento análogo. Considere-se também a óbvia contradição em que se encontram aqueles que adoptam políticas de redução drástica da população e, ao mesmo tempo, se apresentam como salvadores da humanidade sem terem legitimidade alguma, seja política ou social. Finalmente, a responsabilidade política de quem representa o povo não pode absolutamente ser confiada a técnicos que até reivindicam para si mesmos formas de **imunidade penal** no mínimo inquietantes.

Apelamos energicamente a que os **meios de comunicação** se empenhem activamente para uma exacta informação que não penalize a discordância, recorrendo a formas de censura, como está a acontecer amplamente nas redes sociais, na imprensa e na televisão. A exactidão da informação exige que seja dado espaço a vozes que não estejam alinhadas com o pensamento único, permitindo aos cidadãos que avaliem conscientemente a realidade, sem serem fortemente

influenciados por intervenções parciais. Um confronto democrático e honesto é o melhor antídoto para o risco de impor **subtis formas de ditadura**, presumivelmente piores do que aquelas que a nossa sociedade viu nascer e morrer no passado recente.

Recordamos, por último, como Pastores responsáveis pelo Rebanho de Cristo, que a Igreja reivindica firmemente a própria **autonomia no governo, no culto, na pregação**. Estas autonomia e liberdade são um direito inato que Nosso Senhor Jesus Cristo lhe concedeu para a prossecução das finalidades que lhe são próprias. Por este motivo, como Pastores, reivindicamos firmemente o direito de decidir autonomamente sobre a celebração da Missa e dos Sacramentos, assim como pretendemos absoluta autonomia nos assuntos que sejam da nossa imediata jurisdição, como as normas litúrgicas e os métodos de administração da Comunhão e dos Sacramentos. O Estado não tem direito algum de interferir, por qualquer motivo, na soberania da Igreja. A colaboração da Autoridade Eclesiástica, que nunca foi negada, não pode implicar, por parte da Autoridade Civil, formas de proibição ou de limitação do culto público ou do ministério sacerdotal. **Os direitos de Deus e dos fiéis são a lei suprema da Igreja**, que esta não pretende, nem pode, derrogar. Pedimos que sejam eliminadas as limitações à celebração pública dos serviços religiosos.

Convidamos as pessoas de boa vontade a não se esquivarem do seu dever de cooperarem para o bem comum, cada um segundo o próprio estado e as próprias possibilidades e em espírito de fraterna Caridade. Tal cooperação, desejada pela Igreja, não pode, contudo, prescindir nem do respeito pela Lei natural, nem da garantia das liberdades dos indivíduos. Os deveres civis, aos quais os cidadãos estão vinculados, implicam o reconhecimento, por parte do Estado, dos seus direitos.

Somos todos chamados a uma avaliação, coerente com o ensinamento do Evangelho, dos factos presentes. Isto implica uma escolha de campo: **ou com Cristo ou contra Cristo**. Não nos deixemos intimidar nem assustar por aqueles que nos fazem crer que somos uma minoria: o Bem é muito mais difundido e poderoso do que aquilo que o mundo nos quer fazer crer. Estamos a lutar contra um inimigo invisível, que separa os cidadãos entre si, os filhos dos pais, os netos dos avós, os fiéis dos seus pastores, os estudantes dos professores, os clientes dos vendedores. Não permitamos que, com o pretexto de um vírus, se apaguem séculos de civilização cristã, instaurando uma **odiosa tirania tecnológica** na qual pessoas sem nome e sem rosto possam decidir o destino do mundo, confinando-nos a uma realidade virtual. Se este é o plano a que se pretendem curvar os poderosos da terra, saibam que Jesus Cristo, Rei e Senhor da História, prometeu que *«as portas do Abismo nada poderão»* (Mt 16, 18).

Confiamos os Governantes e aqueles que regem o destino das Nações a Deus Omnipotente, para que os ilumine e os guie nestes momentos de grande crise. Lembrem-se de que, tal como a Nós, Pastores, o Senhor julgará pelo rebanho que nos confiou, também julgará os Governantes pelos povos de que têm o dever de defender e governar.

Peçamos com fé ao Senhor para proteger a Igreja e o mundo. A Virgem Santíssima, Auxílio dos Cristãos, possa esmagar a cabeça da antiga Serpente e derrotar os planos dos filhos das trevas.

8 de maio de 2020  
*Santíssima Virgem do Rosário de Pompéia*

**Para assinar o apelo:**  
**[www.veritasliberabitvos.info](http://www.veritasliberabitvos.info)**

O site será ativado em 8 de maio